Reunião Científica Regional da ANPED



Educação, movimentos sociais e políticas governamentais 24 a 27 de julho de 2016 | UFPR – Curitiba / Paraná

A EDUCAÇÃO NA TERCEIRA IDADE: CONHECIMENTOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES (2003-2013)

Rita de Cássia da Silva Oliveira

Paola Andressa Scortegagna

Resumo: Um dos grandes desafios das sociedades na atualidade é o envelhecimento da população e em decorrência surgem demandas em diferentes aspectos entre os quais, sociais, políticos, econômicos e educacionais. Com um crescente contingente de idosos, o qual hoje no Brasil registra-se cerca de 26 milhões, de 13% da população (IBGE, 2013), ainda perduram estereótipos negativos e preconceitos infundados cientificamente, porém cultivados e cristalizados pela sociedade. O artigo por meio de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, objetiva analisar e refletir a abordagem de artigos publicados em periódicos (classificados pelos *qualis* (CAPES) do estrato educação, relativos à área terceira idade) e em anais de congressos nacionais (ANPED, ANPED SUL, ANPAE, EDUCERE) no interstício de 2003 a 2013 (1º decênio do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03), que versam sobre aspectos relacionados à educação na terceira idade e a universidade aberta para a terceira idade. O processo educacional subsidia e possibilita o desenvolvimento dos indivíduos, oferecendo conhecimentos e instrumentalizando-os. Desta pesquisa serão extraídos elementos relevantes para um melhor entendimento da educação e dos programas e projetos destinados à terceira idade.

Palavras-chave: Educação na Terceira Idade. Universidade Aberta para a Terceira Idade. Políticas Públicas. Idoso.

Introdução

A sociedade atual reforça a diferença entre as classes sociais, permeada pela ideologia capitalista. Deste contexto, emergem contrates, que se dão nos âmbitos pessoais, educacionais, econômicos e políticos. Tais relações apresentam-se no limiar das atividades humanas, caracterizando assim as condições de igualdade e desigualdade presentes nesta realidade, como também a hegemonia exercida pelo governo.

As ações hegemônicas delimitam o espaço de inserção da população, sendo que muitas vezes as oportunidades de melhorias nas condições de vida da classe dominada não ocorrem por falta de oportunidades e em alguns casos, por repressões ideológicas, que se mostram incisivas na estrutura social.

O Estado é baseado em um poder hegemônico que exerce sobre a população, sendo que a ideologia da classe dominante repercute diretamente nas suas ações.

A partir dessas condições, as desigualdades sociais, representam impossibilidades para reestruturação econômica, política e social. Neste panorama, a população muitas vezes se

encontra a deriva, sendo colocados seus interesses e aspirações em segundo plano. A desigualdade social pressupõe injustiças sociais, pautadas na diferença. Já a inclusão social está ligada diretamente ao direito à liberdade.

Nesse âmbito, também se observa a situação em que se encontra o idoso, tal como as dificuldades enfrentadas por este segmento da população.

Nos dias atuais, as discussões acerca do envelhecimento e da velhice estão em grande evidência no contexto nacional. Aponta-se tanto num âmbito social mais amplo, como na própria família, as condições que os idosos enfrentam, salientando as questões de discriminação, preconceito e marginalização com relação a essa faixa etária.

Além da realidade que os idosos vivenciam, outro ponto é bastante relevante: o processo de envelhecimento da população é uma tendência mundial. O Brasil é constituído por 26 milhões de idosos (IBGE, 2013) e no ano 2025, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira estará composta de 34 milhões de idosos. Embora o contingente de idosos seja significativo ainda persiste na sociedade brasileira preconceitos por meio de um estereótipo negativo da velhice, que ressalta incapacidade, improdutividade, doenças e marginalização social.

Como afirma Oliveira (1999, p.71), "a sociedade coloca o velho em uma situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceito e discriminação social".

Os preconceitos acerca da velhice elucidam as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não tem significado.

Além disso, o idoso é considerado uma questão social, pois na sociedade capitalista, um grande contingente de aposentados e pensionistas idosos é sinônimo de ônus, com o agravante de que o número de pessoas com 60 anos ou mais aumenta numa velocidade maior do que os ajustes econômicos. Assim, os preconceitos e estereótipos de um sujeito incapaz e improdutivo se mantém.

A educação é um potencial instrumento de conscientização da população para a superação dos preconceitos negativos atribuídos à velhice, e mesmo cientificamente sem fundamentação, estes são reforçados nesta sociedade.

Aliada à educação, a legislação brasileira, ressaltando o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) no Capítulo V referente à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no Artigo 21

preconiza que "O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados", seguido do Artigo 25 "O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual".

Desta maneira, a educação para a terceira idade e as universidades abertas para a terceira idade, que são projetos ou programas voltados a oferecer conhecimentos, informações e em especial, possibilitar a valorização desta faixa etária, se fazem emergentes e relevantes na sociedade brasileira.

O presente artigo objetiva analisar e refletir a abordagem de artigos publicados em periódicos (classificados pelos *qualis* (CAPES) do estrato educação, relativos à área terceira idade) e em anais de congressos nacionais (ANPED, ANPED SUL, ANPAE, EDUCERE) no interstício de 2003 a 2013 (1º decênio do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03), que versam sobre aspectos relacionados à educação na terceira idade e a universidade aberta para a terceira idade.

Busca-se analisar a importância da educação para a terceira idade, além de outras temáticas investigadas com frequência nesta área, contribuindo para que a educação seja utilizada como instrumento de empoderamento do idoso, nos programas e projetos para a terceira idade desenvolvidos pelas universidades brasileiras, com vistas à superação de preconceitos e estereótipos negativos que revestem os idosos na sociedade brasileira, cumprindo assim, com o direito constitucional: a educação como direito de todo cidadão. O processo educacional subsidia e possibilita o desenvolvimento dos indivíduos, oferecendo conhecimentos e instrumentalizando-os para que cada vez mais estejam incluídos no processo evolutivo da sociedade capitalista.

Esta pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, possibilita sistematizar as principais contribuições dos referidos artigos selecionados sobre a educação na terceira idade. A análise dos conteúdos dos trabalhos selecionados é baseada nas contribuições de autores que fundamentam a análise crítica da pesquisa em educação. Deste modo, a educação e as universidades abertas para a terceira idade são analisadas em meio as suas relações no contexto político, social e cultural, no qual emergem as propostas metodológicas, a epistemologia da área, sua organização e as práticas educacionais.

A Educação para a Terceira Idade e Universidade Aberta para a Terceira Idade: duas temáticas em questão

Devido a um panorama que a sociedade capitalista, não por raras vezes impõe ao idoso, levando-o à marginalização, estigmatização e preconceitos em relação à idade e às suas capacidades, apresenta-se a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas deste grupo etário, assegurando que os direitos elementares para a sua sobrevivência e dignidade sejam garantidos. Assim, as políticas públicas voltadas para o idoso visam estabelecer direitos para a faixa etária que se encontra vulnerável em relação ao respeito de seus direitos elementares básicos prescritos na Constituição.

Além de políticas públicas gerais para o idoso, existe um recorte que faz referência ao direito da educação e este, como qualquer outro direito, deve ser respeitado. No ordenamento jurídico, não existe uma política educacional para o idoso, mas políticas públicas que apresentam, no decorrer de seu texto, prescrições à educação. Não existe um modelo de educação para a terceira idade, nem diretrizes curriculares ou qualquer outra legislação que norteie a educação especificamente para esta faixa etária, entretanto conforme prescreve o Estatuto do Idoso, no que se refere à educação, o governo deve apoiar a criação das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI).

Nesse sentido, as UATI surgem como possibilidade de inserção do idoso em um espaço educacional não formal, que visa à integração social, à aquisição de conhecimentos, à elevação da autoestima, à valorização pessoal, ao conhecimento dos direitos e deveres e ao exercício pleno da cidadania.

A primeira Universidade Aberta para a Terceira Idade surgiu em Toulouse, em 1973, com Pierre Vellas "com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade" (PALMA, 2000, p.53). Aos poucos as iniciativas foram se disseminando em várias universidades nos mais diferentes países, inclusive no Brasil. No entanto, esta temática como objeto de pesquisa foi pouco contemplado por muitas décadas, sendo que as produções de teses e dissertações, além de livros e artigos foram pouco significativas e quantitativamente reduzidas, ampliando consideravelmente apenas nos últimos dez anos.

Com um maior número de idosos, decorrente do processo de envelhecimento da população, há a necessidade de políticas públicas e sociais como também ações voltadas para este grupo etário, além de pesquisas na área, com destaque às voltadas as ciências sociais e humanas.

Tendo em vista a expressiva população idosa brasileira, percebe-se que a quantidade de programas e projetos desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior não suprem a demanda, pois atendem por meio de atividades educacionais (Universidades Abertas para a Terceira Idade) um grupo ainda muito reduzido, estando muito distante do desejável e do necessário.

Conforme aponta Oliveira (1998), Scortegagna (2010), Arruda (2009) e Tavares (2008), a educação permanente fundamenta todas as ações educacionais para o idoso, destacando-se especialmente as Universidades Abertas para a Terceira Idade - UATI em âmbito universitário.

Por meio de pesquisa, foi realizado, em 2015, o levantamento dos cursos, projetos e programas voltados para o idoso nas instituições de ensino superior públicas e privadas. De acordo com os dados disponibilizados nos sites das instituições, há cerca de 150 UATI em funcionamento, em todo Brasil.

A UATI fundamenta-se na concepção de educação permanente e auto realização do idoso. Estrutura-se numa abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social do idoso, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos: biológico, psicológico, filosófico, político, espiritual, religioso, econômico e sociocultural. Preocupa-se em proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, tornando-o mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade. (OLIVEIRA, 1998; SCORTEGAGNA, 2010).

Dentro dessa perspectiva da educação permanente e sendo a universidade um lugar por excelência para o aprimoramento, a pesquisa, a busca do conhecimento e também a democratização do saber, timidamente surge em seu âmago um espaço educacional para essa faixa etária. As universidades ampliam sua função social, "buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento" (OLIVEIRA, 1999, p.240).

Os diferentes programas oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior são formas alternativas de atendimento ao idoso, visando além da valorização desse grupo etário, maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população do Brasil que é uma realidade (BOTH, 2003).

Como afirma Oliveira (2011, p. 90),

[...] tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade, é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

A educação, enquanto processo, se constitui como um fato existencial e social (PINTO, 1989). Nesta concepção, a educação, embora como fenômeno cultural não consiste na formação uniforme de todos os indivíduos porque se desenvolve sobre o processo econômico da sociedade, mas representa a possibilidade de empoderamento e mudanças do próprio idoso e da sociedade como um todo no que se refere ao envelhecimento e a velhice, esboçando a superação de um paradigma excludente e cruel desta faixa etária em favor de um paradigma de inclusão, de um idoso ativo, empoderado, participativo com reconhecimento e respeito pela sociedade.

A educação para o idoso baseia-se na concepção da educação permanente, consiste em uma prática social, situada historicamente, em uma realidade concreta, englobando diferentes aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos.

Esta pesquisa ao investigar artigos produzidos com a temática da educação para a terceira idade e da Universidade Aberta para a Terceira idade, é pautada pela preocupação de busca e comprovação da relevância da educação para qualquer faixa etária, em especial para a terceira idade, enquanto condição necessária para aquisição de conhecimentos, atualização de informações, desenvolvimento de habilidades, crescimento pessoal e profissional, propiciando uma maior inserção e participação familiar e social.

Foi realizado um levantamento nos anais de quatro importantes Congressos Nacionais: Reunião Anual da ANPED (evento anual), Simpósio da ANPAE (evento bianual), Congresso Nacional de Educação - Educere (evento anual até 2009, alterando-se para bianual) e Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED Sul (evento bianual).

A seleção dos artigos ocorreu obedecendo o critério temporal: interstício 2003-2013, que corresponde ao primeiro decênio da implementação do Estatuto do Idoso (Lei 10741/03); e o critério relativo ao conteúdo: artigos que versam sobre a terceira idade, com relação às questões educacionais. Foram localizados 55 artigos completos, provenientes de comunicações orais dos referidos congressos.

Além destes artigos, também compõe o material para análise artigos provenientes de periódicos, classificados pelos *qualis* (CAPES) do estrato educação, relativos à área terceira idade. Foram localizados 5 periódicos: Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano (RBCEH), Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento (REIE), Revista A Terceira Idade, Revista Geriatria & Gerontologia e Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Dentre estes, foram selecionados artigos da RBCEH e da REIE. Não foram selecionados artigos dos demais periódicos, pois a revista A Terceira Idade não disponibiliza

seus artigos anteriores a 2010, e no período disponibilizado, não há artigos que se enquadrem na temática da pesquisa. A Revista Geriatria & Gerontologia apenas disponibiliza seus artigos para membros da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, impossibilitando o acesso ao público geral, sendo assim, não foi considerada para a pesquisa. A Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia é um periódico muito recente, com poucos números e com uma quantidade pequena de artigos publicados, não sendo possível utilizá-la neste momento para pesquisa. Não há nenhuma revista específica sobre a educação na terceira idade ou gerontologia educacional, classificada pelo *qualis* (CAPES).

A partir dos periódicos, os artigos foram selecionados com os mesmos critérios utilizados para seleção de textos dos congressos. Assim, entre o interstício de 2003-2013, foram localizados 32 artigos.

Os artigos selecionados nos congressos e nos periódicos foram organizados em categorias, de acordo com as especificidades apresentadas. Assim, os 87 artigos encontrados, foram categorizados:

- Educação na terceira idade/gerontologia educacional: 19 artigos
- Universidade Aberta para a Terceira Idade: 22 artigos
- Alfabetização e processo de aprendizagem: 4 artigos
- Educação de Jovens, Adultos e Idosos: 5 artigos
- Currículo: 4 artigos
- Velhice e processo de envelhecimento: 5 artigos
- Saúde: 7 artigos
- Relação intergeracional: 3 artigos
- Inclusão digital e tecnologias: 5 artigos
- Movimentos sociais: 2 artigos
- Terceira idade: diferentes aspectos (políticas públicas, trabalho, inclusão, memórias, histórias de vida, educação ambiental, empoderamento, sexualidade): 15 artigos

Para esta análise, foram selecionadas duas categorias elencadas: educação permanente na terceira idade e universidade aberta para a terceira idade, devido ao significativo número de trabalhos relacionados, como também pela especificidade da discussão, que está relacionada às atividades do grupo de pesquisa (Políticas Públicas e Educação Permanente de Jovens, Adultos e Idosos) , vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós Graduação em Educação.

Desta forma, foram analisados 41 artigos de eventos científicos e periódicos da área sobre as temáticas categorizadas e selecionadas, publicados nos anos de 2003 a 2013.

A presente investigação é estruturada como um exercício de revisão sistemática e de síntese das pesquisas já realizadas sobre a terceira idade, sob o recorte educacional.

Para análise do conteúdo dos artigos foi utilizado como referencial teórico as ideias de autores que investigam e fundamentam estudos sobre a temática, entre os quais Beauvoir (1990), Cachioni (2003), Jordão Netto (1997), Moragas (1991, 2004), Neri (1991,1995), Oliveira (1998, 1999, 2007, 2011, 2012, 2015), Palma (2000), Requejo Osório (2002).

Análise dos artigos

Para a realização da análise dos artigos, além do processo de categorização quanto à temática, foi organizado um instrumento, com pontos específicos para observação, descrição e posterior processo analítico.

Cada artigo foi analisado quanto à qualidade do resumo (clareza, objeto, objetivo, metodologia, tipo de pesquisa, informações completas). Também observado às questões sobre o referencial teórico apresentado, em relação aos autores abordados, as concepções metodológica e epistemológica e se apresenta (ou não) a revisão de literatura.

Quando a metodologia, foi observada se há menção sobre a mesma, descrição das etapas da pesquisa, coleta de dados e como essa ocorreu (sujeitos, critérios de seleção, instrumentos, estratégias). Foi observado o tipo de análise de dados (apresentação, descrição e/ou análise dos dados).

Outro aspecto considerado se dá em relação à utilização de outras pesquisas da área, se há citação e relação à produção que vem se desenvolvendo sobre educação na terceira idade e sobre universidade aberta para a terceira idade.

Sobre a questão do conteúdo, foram observadas quais são as principais contribuições sobre a educação na terceira idade e sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade. Se há conclusões e quais são elas, bem como se existem contribuições e sugestões a partir dos artigos analisados.

Os artigos foram analisados a partir das duas categorias: educação na terceira idade e UATI. Para a primeira categoria, os artigos foram numerados, precedidos da letra A (exemplo: artigo A1). Para a segunda categoria, precedidos da letra B (exemplo: artigo B1).

Em uma primeira parte da análise foram considerados os resumos de todos os artigos, referente a clareza pode-se considerar que os que versam sobre a UATI são mais fluidos na escrita e coerentes possibilitando um entendimento da proposta e da abordagem do artigo.

Dos 41 artigos, 35 artigos (85,3%) apresentam objeto de pesquisa definido e explicitamente indicado, o que facilita ao leitor o entendimento. Parcialmente o objeto é apontado em 2 artigos (4,8%) e em 4 artigos (9,7%) não é possível identificar o objeto.

Referente ao objetivo apresentado, sendo considerado ou objetivo da pesquisa ou do artigo (ensaio), 28 artigos (68,2%) apresentam os objetivos e o restante corresponde a 13 artigos (31,7%) não indicam nenhum objetivo e dificultam a compreensão sobre o processo de pesquisa ou a abordagem realizada.

Referente a metodologia, 25 artigos (60,9%) apresentam, mesmo que parcialmente, a metodologia empregada para a realização do trabalho. O restante dos artigos, em número de 16 (39%) não faz menção a metodologia utilizada para a elaboração do artigo.

Muitos artigos, totalizando 22 (53,6%) não fazem qualquer referência a respeito da metodologia empregada para a pesquisa ou coleta de dados; 19 (43,3%) artigos apresentam o tipo de pesquisa que foi desenvolvida, entre as quais pode-se citar: em 6 (31,5%) artigos a pesquisa bibliográfica; em 6 (31,5%) são descritivas; 3 artigos (15,7) são estudos de casos, 3 artigos (15,7) são exploratória e 1 (5,2%) é etnográfica.

Referente às informações contidas no resumo, foram enquadradas em três aspectos: contextualização, discussão sobre os dados coletados ou sobre os fundamentos teóricos e resultados ou considerações finais sobre a pesquisa realizada. Apenas 10 artigos (24,3%) apresentam estes três elementos no resumo. Em 7 artigos (17%) apresentam a contextualização e a discussão dos dados ou dos fundamentos teóricos. Em 12 artigos (29,2%) há a contextualização e os resultados, sem qualquer discussão. Nos outros 12 artigos, 9 deles (21,9%) apresentam apenas a contextualização e outros 3 artigos (7,3%) apontam somente os resultados.

Em relação às palavras-chave, na categoria A (educação para terceira idade), observase que existe o predomínio da palavra educação (educação permanente, educação social,
educação ao longo da vida, educação não formal, educação continuada, educação estética ou
somente a palavra educação) que é indicada em 16 artigos (39%). Outra palavra-chave que é
indicada por 6 artigos (14,6%) é políticas públicas. As palavras terceira idade e idosos são
citadas por 5 artigos (12,1%) e as palavras envelhecimento e gerontologia indicadas por 3
artigos (7,3%). As demais palavras como empoderamento, pedagogia social, cidadania,
saberes, EJA, qualidade de vida, tecnologias educacionais, aprendizagem são citadas apenas
por 1 artigo (2,4%). Isto referencia o caráter multidisciplinar dos trabalhos. Embora os
descritores indicados nos artigos sejam correlatos às especificidades dos trabalhos, não estão
diretamente relacionados à área da educação.

Referente às palavras-chave indicadas na categoria B (universidade aberta para a terceira idade) as palavras-chave indicadas são mais distribuídas, sendo as mais indicadas: universidade aberta por 10 artigos (24,3%); terceira idade com o número de 9 artigos (21,9%), políticas públicas é citada por 8 artigos (19,5%), educação permanente aparece em 7 artigos (17%) e 5 artigos (12,1%) indicam educação como palavra-chave. Percebe-se que existe uma relação mais próxima com os Programas, Projetos ou cursos oferecidos pelas universidades para os idosos. Outras palavras indicadas como palavras-chave nos artigos são: cidadania, participação, gerontologia, qualidade de vida, idoso, extensão universitária, relações intergeracionais, docência, gestão, inclusão.

Na análise dos artigos, as duas categorias A e B no que se refere ao referencial teórico, percebe-se que é apresentado uma diversidade de autores que estudam e produzem sobre a temática. Entretanto, alguns já estão mais consolidados e reconhecidos como alicerces de uma teoria gerontológica, em especial na área da educação.

Entre os autores mais referenciados, pode-se citar: Bacelar, Beauvoir, Both, Cachioni, Freire, Furter, Kachar, Moody, Moragas, Mosquera, Neri, Novaes, Oliveira, Palma, Requejo e Veras.

Referente a metodologia, todos os artigos no seu texto apresentam um tipo de pesquisa que foi realizada, predominando a pesquisa bibliográfica. No que tange a descrição da pesquisa, em número de 12 (29,2%) descrevem com clareza os passos desenvolvidos na realização da pesquisa.

Considerando a coleta de dados, 15 artigos (36,5%) indicaram que foram aplicados questionários e 3 artigos (7,3%) citaram entrevista como instrumento para coleta de dados. Dos 18 artigos que coletaram dados, 11 artigos (62,1%) apenas descrevem os dados, sem qualquer discussão ou articulação com o referencial teórico apresentado anteriormente. O restante, 7 artigos (38,8%) realizaram um processo de análise aprofundado, com articulações teóricas e conclusões fundamentadas.

Na fundamentação teórica, 12 artigos (29,2%) citam pesquisas já realizadas na área o que demonstra uma leitura de outras produções ou mesmo a realização do estado do conhecimento da temática, o que contribui para a aderência e consolidação da educação para a terceira idade como área de pesquisa.

Referente à concepção epistemológica, evidencia-se nos artigos que a educação permanente subsidia as discussões e é indicada em 29 artigos (70,7%). Os autores como Requejo, Furter e Freire são os mais citados enquanto estudiosos que embasam esta abordagem.

Em relação ao conteúdo, os artigos de ambas as categorias apresentam contribuições, conclusões e sugestões sobre a educação na terceira idade e sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade.

As principais contribuições indicadas, são:

- A educação é fundamental para a formação crítica do idoso;
- a universidade, por meio da educação na terceira idade, cumpre a sua função social;
- a inclusão do idoso na universidade aberta propicia s relações intergeracionais;
- o processo educacional colabora para o conhecimento e respeito dos saberes cotidianos dos idosos e não se limite a superação do analfabetismo;
- a educação instrumentaliza o idoso;
- a educação gerontológica contribui para a aprendizagem visando a qualidade de vida dos sujeitos;
- a gerontologia é uma área especializada de saber e de intervenção que agrega profissionais de diversas áreas. Desta forma é fundamental refletir sobre a formação do profissional que trabalha com o idoso:
- a educação não elimina as limitações do envelhecimento, mas favorece o desenvolvimento da criatividade, melhora a percepção sobre o mundo e contribui para uma postura mais positiva sobre a vida.

As conclusões mais indicadas pelos artigos são:

- As UATIs fundamentam-se na concepção da educação permanente;
- os programas contribuem para a valorização, participação, conscientização e empoderamento do idoso;
- a educação tem um importante compromisso social com os excluídos e marginalizados do processo de escolarização;
- a educação oferece a possibilidade de emancipação, liberdade, satisfação pessoal e qualidade de vida:
- as universidade cumprem com sua função extensionista ao perceberem a relevância social da criação de projetos, programas ou cursos para os idosos;
- necessidade da formação de profissionais em gerontologia, em uma visão multidisciplinar.

As principais sugestões enaltecidas nos artigos:

- Implementação de políticas públicas que atendam as demandas da terceira idade, em especial no que diz respeito à educação; contribuindo para a superação dos estigmas negativos relacionados ao processo de envelhecimento e a velhice;

- as ações oferecidas aos idosos, devem estar continuamente sendo avaliadas e em consonância com os diferentes segmentos envolvidos: coordenação, professores e idosos. Os idosos pela manifestação de seus interesses e necessidades devem orientar a incrementação de atividades;
- estimular a formação específica de profissionais para atuarem com o idoso;
- a implementação de politicas públicas aliados aos conhecimentos de caráter multidisciplinar garantem as condições necessárias para um envelhecimento ativo e mais saudável.

Considerações Finais

O desenho demográfico do Brasil acusa um envelhecimento da população e como decorrência, a necessidade de políticas públicas para possibilitar uma vida mais digna e com qualidade para o idoso.

Considerando todos os avanços tecnológicos, em ritmo acelerado, acentua-se ainda mais a relevância da educação permanente, na qual o homem deve continuamente se instrumentalizar de conhecimentos, ampliar suas relações e sua inserção social para o seu pleno desenvolvimento.

Embora o idoso na sociedade brasileira seja vitimizado por preconceitos e estigmatizado negativamente, a educação é o caminho para que se conscientize, não só idoso mas a população em geral sobre a relevância e o respeito que deve ser direcionado a esta faixa etária , enaltecendo a sabedoria acumulada e referenciando a possibilidade de desenvolvimento contínuo do ser humano.

Com o crescimento do contingente de idosos, registra-se também um crescimento de estudos e pesquisas por diferentes profissionais sobre a temáticas do envelhecimento e da velhice.

Em especial, no recorte educacional, tem ampliado bastante, o que pode ser evidenciado pelo número de produções sobre os temas educação na terceira idade e universidade aberta para a terceira idade.

Os artigos aqui analisados apresentam-se muito descritivos, limitando a uma quantidade significativa de pesquisas de cunho bibliográfico, além da pouca relação com as pesquisa já produzidas na área. O referencial teórico ainda encontra-se incipiente, embora autores tem apresentado pesquisa relevantes e bem fundamentadas, mas um longo caminho deve ser seguido para fortalecer e consolidar tal área de conhecimento e de pesquisa.

Para a Gerontologia Educacional ser reconhecida e conseguir espaço na academia, é fundamental a ampliação e o aprofundamento das investigações, superando a superficialidade e fragilidade abordadas.

Referências

ARRUDA, I. E. A. **Análise de uma Universidade da Terceira Idade no município de Campinas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2009.

BEAUVOIR, S. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOTH, A. Envelhecimento humano: múltiplos olhares. Passo Fundo: UPF, 2003.

CACHIONI, Meire. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidade da terceira idade. São Paulo: Alínea, 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.** Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

JORDÃO NETTO, A . Gerontologia básica. São Paulo: Lemos, 1997.

MORAGAS, M. **Gerontologia Social**: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. As relações intergeracionais nas sociedades contemporâneas. **A terceira idade**, São Paulo, v. 15, n.29, p.7-27. jan. 2004.

NERI, A. L. Envelhecer num país de jovens. Campinas: Ed. Campinas, 1991.

Psicologia	do Envelhecimento.	Campinas:	Unicamp,	1991.

OLIVEIRA, R.C. Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação) Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 1998.

_____. **Terceira Idade:** do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O** envelhecimento e a velhice: teorias, demografia e política. Curitiba: CRV, 2011.

OLVEIRA, R.C.S; SCORTEGAGNA, P.A; OLIVEIRA, F.S. Universidade Aberta para a Terceira idade: a extensão como meio de inserção do idoso no contexto universitário. Assis: CRV, 2012.

13

OLIVEIRA, R.C.S.; SCORTEGAGNA, P.A. Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária. Ponta Groosa: Ed. UEPG, 2015.

PALMA, L.T. Educação permanente e qualidade de vida. Passo Fundo: UPF, 2000.

PINTO, A. V. Sete lições sobre a educação de adultos. São Paulo: Cortez, 6ª ed. 1989.

REQUEJO OSORIO, A. Educacion de Personas Mayores: presupuestos teóricos, contexto sociosultural y estúdio comparado de programas educativos. Santiago de Compostel: USC, 2002.

TAVARES, D. E. **A presença do aluno idoso no currículo da universidade contemporânea:** uma leitura interdisciplinar. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.